

Novas metas devem ser definidas em uma semana

Objetivo é que o anúncio do programa seja feito com Armínio Fraga já confirmado para o BC

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON – Os novos termos do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) devem ser conhecidos até o fim da próxima semana. Os funcionários do governo e do FMI trabalham com a perspectiva de concluir a tarefa na quinta ou sexta-feira. Idealmente, o anúncio do novo programa será coordenado com a confirmação, pelo Senado, do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central.

Produzir notícias positivas, que agradem os investidores, está no centro da batalha pela reconquista da credibilidade que o governo terá de vencer para tirar o País da crise. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quer fazer a sabatina de Armínio na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima semana, tão logo estejam reconstituídas as mesas das diferentes comissões para o novo período legislativo.

Um porta-voz do FMI esclareceu ontem que não houve “adiamento”

na aprovação do novo acordo – e do novo desembolso de recursos – para março, “pois nunca houve previsão de que isso poderia ocorrer em fevereiro”. A expectativa de aprovação acelerada do novo acordo, ainda este mês, existiu entre

alguns executivos de grandes bancos internacionais, mas dissipou-se depois da visita que o vice-presidente do Citibank, William R. Rhodes, fez a Brasília, antes do carnaval.

O Fundo Monetário observará o prazo habitual de pelo menos duas semanas para que seus 24 diretores-executivos examinem o novo programa brasileiro antes de discuti-lo e votá-lo. Nesse período, o governo efetivará as medidas adicionais de ajuste fiscal e a Câmara de Deputados fará a primeira votação do aumento da Contribuição Permanente sobre a Movimentação Financeira (CPMF), marcada para 10 de março. A aprovação da nova CPMF já era condição para a liberação dos desembolsos adicionais do crédito de US\$ 41,5 bilhões do FMI na primeira versão do acordo, que foi votada pelo conselho do FMI no início de dezembro.

Nesse cenário, o desembolso da segunda parcela, de pouco mais de US\$ 9 bilhões, ocorrerá na segunda quinzena de março. Mantido esse cronograma, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá visitar alguns países europeus na segunda semana de março para vender o novo programa e negociar as condições de acesso à parcela do segundo desembolso do FMI (cerca de metade) proveniente dos aportes feitos pelos 20 governos que contribuíram para o crédito. Alguns governos indicaram, inicialmente, que pediriam garantias para o segundo desembolso, um ponto que certamente será discutido agora. Ainda não é certo, mas Malan poderá usar um dos seminários preparatórios à reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de 15 a 17 de março em Paris, para iniciar o marketing internacional do novo programa.

Segundo pessoas familiarizadas



Dida Sampaio/AE

Fraga: sabatina deve ocorrer na próxima semana, segundo senador

DESEMBOLSO DEVE SAIR NA 2.ª QUINZENA DE MARÇO

com as negociações em curso na sede do Fundo, em Washington, as conversas “estão indo muito bem” e a previsão de desembolso na segunda quinzena de março “é realista”. O acordo será fiel aos critérios

anunciados há pouco mais de duas semanas, em Brasília, depois da visita do vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer.

O acordo conterá novas medidas fiscais para cobrir o déficit adicional criado pela desvalorização da moeda. As medidas envolverão cortes de despesas e serão tomadas pela via administrativa, dispensando autorização prévia do Congresso. Alguns cortes de gastos serão imediatos. Outros ocorrerão a médio prazo. Entre eles, o governo estuda, por exemplo, a venda de propriedades federais no Rio de Janeiro e a consolidação das atividades da administração na antiga capital da República em um número menor de prédios, com a redução de pessoal e das despesas de custeio.

O acordo confirmará, também, o propósito já anunciado pelo governo de aprofundar o programa de privatização. Fonte oficial confirmou ontem ao *Estado* que ainda este mês deverá ser constituída uma comissão para estudar as modalidades de consolidação e privatização das atividades hoje realizadas por quatro instituições financeiras federais que funcionam como bancos comerciais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

A privatização da Petrobrás não é um tema ativo ou prioritário, mas está na agenda, para uma fase mais adiantada do processo. Tanto o BB como a Petrobrás já são empresas semiprivatizadas, pois parte substancial de suas ações está na mão do público e é negociada no mercado. No caso da privatização da Petrobrás, a discussão, quando ocorrer, será em torno de uma fórmula que permita ao Estado manter o controle da empresa, como manda a lei, sem deter a maioria das ações.